

1 **Abertura** – Às 10hs30min do dia 24 de abril de 2006, no auditório do Hotel Aracoara,
2 sediado no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 05, Bloco “C”, Brasília-DF, teve início a quarta
3 reunião ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e
4 Comunidades Tradicionais. Encontravam-se presentes à abertura: **Pedro Ramos de**
5 **Souza** (titular) e **Célia Regina das Neves Favacho** (suplente) representantes do
6 Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; **Márcia Guelpa** (titular) representante da
7 Associação de Preservação da Cultura Cigana - APRECI; **José Carlos da Silva**
8 (suplente) representante do Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO; **Patrícia**
9 **Stur** (titular) representante da Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos
10 Pontões de Pancas e Águas Brancas - AMAPPAB; **Jorge Küster Jacob** (suplente)
11 representante da Associação Cultural Alemã do Espírito Santo; **Acir Túlio** (titular)
12 representante da Rede Faxinal; **Hamilton José da Silva** (suplente) representante da
13 Rede Faxinal; **Renato Alves Rios** (titular) representante da Associação de Mulheres
14 Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Raquel Pereira da Silva Santos** (suplente)
15 representante da Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Josilene**
16 **Brandão da Costa** (titular) representante da Coordenação Nacional de Articulação das
17 Comunidade Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; **Jhonny Martins de Jesus** (suplente)
18 representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidade Negras Rurais
19 Quilombolas -CONAQ; **Ernando Ferreira Pinto** (titular) representantes do Movimento
20 Nacional de Pescadores – MONAPE; **Valmir Parintintin** (titular) Coordenação das
21 Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; **Valdivino Rodrigues de**
22 **Souza** (titular) e **Carlos Eduardo Cardoso Lima** (suplente) representantes da
23 Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia; **Cláudia Regina Sala de Pinho**
24 (titular) representante do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
25 Sustentável - FORMAD; **Lucely Moraes Pio** (suplente) representante da Articulação
26 Pacari; **Dauro Marcos do Prado** (titular) representante da Rede Caiçara de Cultura;
27 **Geraldo Vitor da Silva Filho** (suplente) representante do Ministério da Cultura; **Andréia**
28 **Michele do Nascimento** (titular) representante do Ministério de Ciência e Tecnologia;
29 **Claudia Queiroz Gorgati** (suplente) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
30 Tecnológico; **Alexandre Cordeiro** (suplente) representante do Instituto Brasileiro de
31 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; **Raimunda Nonata Carlos Ferreira**
32 (titular) representante da Fundação Nacional de Saúde; **Marco Antônio Rodrigues Pinto**
33 (suplente) representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; **Rosane**

34 **de Mattos** (titular) **Aderval Costa Filho** (suplente) representante do Ministério do
35 Desenvolvimento Social e Combate à Fome e **Jorg Zimmermann** (suplente)
36 representante do Ministério do Meio Ambiente. Também estiveram presentes: **Virgínia**
37 **Ferreira da Silva** (SAIP/MDS); **Ivonete Carvalho** (SEPPIR); **Julia Otero dos Santos**
38 (DFQ/INCRA); **Carla Araujo** (DISAM/IBAMA); **José Geraldo de Araújo** (IBAMA/DISAM);
39 **Kátia Favilla** (SCA/MMA); **Teresa Cristina Moreira** (SDS/MMA); **Lilian Brandt Calçavara**
40 (MDA/PPIGRE); **Henrique Cavalleiro** (MDS/SAIP); **Fabiana Vaz de Melo** (FUNASA) e
41 **Josilene Maria dos Santos** (SEPPIR) . A pauta da reunião compreendeu os seguintes
42 itens: **I. ABERTURA; II. INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS; II.1 – Leitura e aprovação**
43 **da Pauta da 4ª Reunião Ordinária; II.2 – Aprovação das Atas da 2ª e da 3ª Reunião**
44 **Ordinária; III – ORDEM DO DIA; III.1 – Aprovação da Resolução 001/2007 que**
45 **estabelece as diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável**
46 **dos Povos e Comunidades Tradicionais; III.2 – Construção do Plano Nacional de**
47 **Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; III.3-**
48 **Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais; III.4 – Plano de**
49 **Desenvolvimento Sustentável do Marajó; IV – ASSUNTOS DE ORDEM GERAL: IV.6 -**
50 **Informe gerais; IV.7 – Palavra aberta aos Membros; IV.8 – Encerramento.** Os
51 trabalhos foram presididos pelo Sr. **Aderval Costa Filho** e secretariados pelo Sr. **Jorg**
52 **Zimmermann**. O Sr. Aderval Costa Filho procedeu à abertura da reunião às 10h30min
53 informando os presentes a respeito de como seria a condução dos trabalhos durante a
54 reunião. Quanto ao Ponto II. Instalação dos Trabalhos: Item II.1 – Leitura e aprovação da
55 Pauta da 4ª Reunião Ordinária: após a leitura da pauta o Senhor **Pedro Ramos**, sugeriu
56 que em uma próxima ocasião a CNPCT possa fazer uma discussão sobre a questão das
57 plantas medicinais e fitoterápicas, uma vez que o tema vem sendo muito discutido no
58 âmbito do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, e que, sendo representante dos
59 povos e comunidades tradicionais naquele colegiado, têm ficado sem opinar. **Jô Brandão**
60 (CONAQ) sugeriu que a construção da pauta das reuniões se dê com a participação de
61 todos os membros visando evitar as solicitações de alteração da pauta durante a reunião
62 em curso. Também propôs a necessidade de uma discussão a respeito da participação
63 dos membros da CNPCT em outros fóruns que dizem respeito aos direitos dos povos e
64 comunidades tradicionais e de uma discussão aprofundada no âmbito da Comissão a
65 respeito dos direitos territoriais, tendo em vista os diversos conflitos que vêm sendo
66 vividos pelas comunidades. A este respeito **Aderval Costa Filho (MDS)** propôs que

67 durante os trabalhos em grupo fosse feito um esforço para o levantamento dos problemas
68 concretos a serem discutidos e que os mesmos fossem aprofundados posteriormente no
69 trabalho das Câmaras Técnicas. **Teresa Moreira (MMA)** propôs que tais problemas
70 fossem confrontados com os programas e ações de governo a serem apresentados, no
71 momento dos debates, logo após a apresentação dos programas voltados para a
72 consolidação dos direitos territoriais, tendo em vista que a questão apresentada por Jô
73 Brandão implica, de certa forma, numa crítica direta à eficiência que vem sendo
74 alcançada com tais programas. **Jô Brandão (CONAQ)** ressaltou a importância de existir
75 um espaço em que a sociedade civil também possa colocar suas questões. A este
76 respeito propôs que os membros não governamentais pudessem fazer uma apresentação
77 coletiva de suas questões durante a 4ª. Reunião Ordinária. Apoiaram a proposta, fazendo
78 intervenções no mesmo sentido, Hamilton José da Silva (Rede Faxinais) e Pedro Ramos
79 de Souza (CNS). Alexandre Cordeiro (IBAMA) propôs que além da oportunidade dos
80 debates após cada apresentação dos programas e ações pelos membros
81 governamentais, fosse reservado um tempo na pauta para apresentação de um Painel da
82 Sociedade Civil, visando a apresentação e debate das questões consideradas
83 emergentes pelos membros não governamentais. Por fim, as alterações sugeridas foram
84 aceitas, e no que diz respeito ao ponto III – Ordem do Dia, a ata passou a ter a seguinte
85 configuração: **III.1 - Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais; III.2**
86 **- Aprovação da Resolução 001/2007 que estabelece as diretrizes para a Política**
87 **Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;**
88 **III.3 - Construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
89 **Comunidades Tradicionais: estabelecimento de prioridades – trabalho em grupos;**
90 **apresentação de ações do PPA (Ministérios e Autarquias); apresentação do painel**
91 **da sociedade civil; identificação de lacunas; diagnóstico final; III.4 – apresentação**
92 **dos resultados dos grupos de trabalho; III.5- Formação das Câmaras Técnicas e**
93 **agenda de trabalho; III.6- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Marajó.** Quanto
94 ao item **II.2 – Aprovação das atas da 2ª e da 3ª Reunião Ordinária**, aberto o regime de
95 votação as atas foram aprovadas por unanimidade pelos presentes. Dando início a
96 apreciação do ponto **III – Ordem do Dia**, o Sr. Aderval Costa Filho (MDS) passou a fazer
97 um informe sobre o item **III.1 – Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades**
98 **Tradicionais**. Relatou que em reunião realizada entre a Secretária de Articulação
99 Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

100 Dra. Heliana Katia Campos, e o setor de responsabilidade social da Petrobrás, visando a
101 captação de recursos para a implementação de ações voltadas para povos e
102 comunidades tradicionais, foi proposto o apoio por parte daquela empresa na realização
103 de uma pesquisa nacional sobre povos e comunidades tradicionais, tendo em vista a
104 grande dificuldade encontrada no levantamento de dados que possam subsidiar a
105 proposição de ações voltadas para este público, especialmente no que diz respeito a
106 comunidades não indígenas e não quilombolas. A proposta é de que a pesquisa seja
107 realizada pelas próprias instituições da sociedade civil, com suporte técnico e financeiro
108 adequado. A primeira fase seria constituída de uma identificação inicial dos povos e
109 comunidades tradicionais em cada estado a ser realizado pelas organizações sociais e
110 uma segunda fase na qual seriam levantados os dados destas comunidades com o
111 suporte técnico do IBGE. **Aderval Costa Filho** (MDS) esclareceu que a definição dos
112 indicadores que constituirão a pesquisa do IBGE também deverão ser discutidos no
113 âmbito da Comissão Nacional, e que já existem iniciativas em curso relativamente aos
114 quilombolas, indígenas e ciganos que podem ser apoiados neste processo. **Claudia Sala**
115 **de Pinho** (FORMAD) ressaltou a importância de que a pesquisa realmente conte com a
116 participação ativa dos membros da Comissão Nacional, não apenas como um processo
117 de validação de propostas externas, mas de implementação de uma proposta de fato
118 elaborada e acordada pela CNPCT em seus objetivos posteriores. **Rosane de Mattos**
119 (FUNAI) relatou que, para o censo indígena, a FUNAI já desenvolveu uma metodologia
120 que considera os índices de desenvolvimento humano, e que seria necessário pensar
121 quais seriam os indicadores para os demais povos e comunidades tradicionais. Acredita
122 que na nova gestão da FUNAI esta pesquisa pode avançar e que a COIAB e a APOINME
123 devem participar deste processo. O Sr. **Pedro Ramos** (CNS) ressaltou a importância da
124 qualificação dos técnicos responsáveis pela realização da pesquisa. **Célia Favacho**
125 (CNS) chamou a atenção para a importância da participação dos movimentos sociais
126 locais, tendo em vista o seu maior domínio dos territórios a serem pesquisados. Ainda
127 com relação à pesquisa nacional **Jô Brandão** (CONAQ) reafirmou a necessidade de que
128 os objetivos da pesquisa, a metodologia, abrangência e os aspectos a serem levantados
129 sejam profundamente debatidos na CNPCT tendo em vista que existem muitas pesquisas
130 em curso cujos resultados vem sendo utilizados em detrimento das comunidades
131 pesquisadas. **Andréia Michele** (MCT) questionou se as comunidades a serem
132 pesquisadas serão indicadas pela sociedade civil ou pela CNPCT como um todo. **Aderval**

133 **Costa Filho** (MDS) esclareceu que serão indicadas pela Comissão e pela sociedade civil.
134 **Marcia Guelpa** (APRECI) falou das dificuldades a serem enfrentadas no que diz respeito
135 aos povos ciganos, tanto no que diz respeito à questão do nomadismo de alguns povos,
136 quanto às questões de identidade. **Valdivino Rodrigues de Souza** (Coordenação dos
137 Fundos de Pasto do Estado da Bahia) reafirmou a importância da Comissão estabelecer
138 os parâmetros e metodologias a serem utilizados na pesquisa em conjunto com o IBGE.
139 **Valmir Parintintim** (COIAB) reafirmou importância da participação das organizações
140 indígenas e da FUNAI neste processo. **Alexandre Cordeiro** (IBAMA) propôs que a
141 CNPCT crie um grupo de trabalho com boa representatividade responsável por pensar a
142 metodologia a ser levada à Petrobás e para o IBGE. **Andréia Michele** (MCT) alertou para
143 a necessidade de que a metodologia da pesquisa seja clara e não aleatória de forma que
144 também possa beneficiar grupos que não estão representados na Comissão. **Sra.**
145 **Ramona** (FUNASA) apoiou a ideia do grupo de trabalho que deveria ficar responsável
146 pelo amadurecimento da proposta a ser analisada pela CNPCT. **Jorg Zimmernann**
147 (MMA) afirmou que a Comissão tem trabalhado pela inclusão, e que o fato de uma
148 comunidade não estar incluída no âmbito da pesquisa não deve significar que ela não
149 será beneficiada pelas políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais.
150 Informou ainda que no que diz respeito às questões territoriais o Ministério do Meio
151 Ambiente, em cooperação com a Fundação Ford e a Universidade Federal do Amazonas
152 (UFAM) está apoiando a realização do Projeto “Nova Cartografia Social, coordenada pelo
153 professor Alfredo Wagner, e que este processo tem como objetivo dar visibilidade às
154 comunidades que participam da iniciativa. **Jô Brandão** (CONAQ) pontuou que tendo em
155 vista as dificuldades metodológicas que podem ser enfrentadas junto ao IBGE, deveria se
156 considerar a possibilidade de ampliar o apoio à iniciativa da Nova Cartografia Social,
157 tendo em vista a ótima aceitação que o projeto vem tendo junto às comunidades devido
158 ao seu processo participativo. **Aderval Costa Filho** (MDS) ressaltou a importância da
159 pesquisa nacional no levantamento de dados socio-demográficos e até mesmo censitários
160 – não alcançados pela metodologia da Nova Cartografia Social – mas podem ser
161 alcançados com a cooperação do IBGE, sendo que uma proposta poderia apoiar a outra,
162 não sendo excludentes. **Gildete** (MEC) ponderou sobre a importância da pesquisa contar
163 com a contribuição de um órgão oficial de pesquisa como o IBGE. **Claudia Calório**
164 (MMA) fez esclarecimentos sobre como havia se dado o processo de apoio do Programa
165 Comunidades Tradicionais ao projeto da Nova Cartografia Social, esclarecendo que

166 embora num primeiro momento a escolha dos grupos a serem mapeados não tenha sido
167 levada à apreciação da CNPCT – ainda que tenha considerado grupos que fazem parte
168 da própria Comissão Nacional – a definição dos novos grupos a participarem do projeto
169 deveria passar pelo crivo da mesma. **Valdivino Rodrigues de Souza** (Coordenação dos
170 Fundos de Pasto do Estado da Bahia) reafirmou a importância do processo participativo
171 na metodologia adotada para a Nova Cartografia Social e a necessidade de que o mesmo
172 se dê no que diz respeito à pesquisa em cooperação com o IBGE, para que não haja
173 desencontro de informações. As atividades da manhã encerrada por volta das 12hs45min.
174 Os trabalhos da tarde do mesmo dia foram retomados por volta das 15hs10min. Após a
175 verificação do quorum, **Teresa Moreira** (MMA) deu prosseguimento aos trabalhos dando
176 início à apreciação do item **III.2** da pauta que diz respeito à **aprovação da Resolução**
177 **001/2007 que estabelece as diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento**
178 **Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Inicialmente esclareceu que as
179 diretrizes propriamente ditas já haviam sido aprovadas durante a 3a. Reunião Ordinária e
180 que, no entanto, havia faltado apresentar à Comissão Nacional o texto da resolução que
181 instituiria as mesmas, razão pela qual a Secretaria-Executiva considerava oportuna a
182 apresentação durante a 4a. Reunião Ordinária de forma que as diretrizes pudessem ser
183 instituídas o mais rapidamente possível a partir de sua publicação no Diário Oficial da
184 União. Considerando a aceitação da proposta pelos presentes, a minuta da Resolução
185 CNPCT 001/2007 foi aprovada com 19 votos favoráveis. Não foram registrados votos
186 contrários nem abstenções. Votaram favoravelmente: **Pedro Ramos de Souza** (CNS);
187 **Márcia Guelpa** (APRECI); **Patrícia Stur** (AMAPPPAB); **Acir Túlio** (Rede Faxinais);
188 **Renato Alves Rios** (AMAS); **Josilene Brandão da Costa** (CONAQ); **Ernando Ferreira**
189 **Pinto** (MONAPE); **Valmir Parintintin** (COIAB); **Valdivino Rodrigues de Souza**
190 (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia); **Cláudia Regina Sala de Pinho**
191 (FORMAD); **Lucely Moraes Pio** (Articulação Pacari); **Dauro Marcos do Prado** (Rede
192 Caiçara de Cultura); **Geraldo Vitor da Silva Filho** (Ministério da Cultura); **Andréia**
193 **Michele do Nascimento** (titular) representante do Ministério de Ciência e Tecnologia;
194 (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); **Alexandre Cordeiro**
195 (IBAMA); **Marco Antônio Rodrigues Pinto** (CONAB); **Rosane de Mattos** (FUNAI)
196 **Aderval Costa Filho** (MDS) e **Jorg Zimmermann** (MMA). Quanto ao item **III.3 -**
197 **“Construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
198 **Comunidades Tradicionais: estabelecimento de prioridades – trabalho em grupos;**

199 **apresentação de ações do PPA (Ministérios e Autarquias); apresentação do painel**
200 **da sociedade civil; identificação de lacunas; diagnóstico final”, Aderval Costa Filho**
201 (MDS) retomou o texto do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a
202 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades
203 Tradicionais, destacando que o art. 6º, III do Anexo estabeleceu o prazo de 90 dias para
204 que a CNPCT estabeleça um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os
205 Povos e Comunidades tradicionais, o qual deverá ter como base os resultados das
206 Oficinas Regionais realizadas no período de 13 a 23 de Setembro de 2007 e para, no
207 mesmo prazo, propor um Programa Multissetorial, no âmbito do Plano Plurianual,
208 destinado à implementação deste Plano. Destacou entre as dificuldades a serem
209 enfrentadas o caráter universal de boa parte dos programas e ações governamentais, os
210 quais não apresentam recortes diferenciados para povos e comunidades tradicionais, e a
211 necessidade de se identificar, dentro dos programas voltados para estes povos e
212 comunidades, quais ações devem ser priorizadas estabelecendo uma correlação entre a
213 PNPCT e suas diretrizes e o Plano Plurianual no período 2008-2011. **Aderval Costa**
214 **Filho** (MDS) também ressaltou a importância do Plano Nacional ser pactuado com os
215 outros entes federativos (Estados e Municípios) onde se encontram os povos e
216 comunidades tradicionais e o envolvimento de outras organizações da sociedade civil.
217 Relembrou a todos que a PNPCT também estabelece como instrumento para sua
218 implementação a elaboração de planos regionais, estaduais ou municipais, o que reafirma
219 a necessidade do envolvimento dos demais entes federativos neste processo, e de se
220 definir a relação entre a CNPCT e o Plano Nacional, e as suas atribuições técnicas e
221 políticas. Informou que foram realizadas 3 (três) reuniões com os membros
222 governamentais visando motivá-los quanto a importância da construção do Plano e a
223 identificação dos gestores responsáveis pelos programas e ações que comporiam o
224 Plano. Que neste sentido, foi pactuado entre os Secretários-Executivos do Ministério do
225 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Márcia Lopes) e do Ministério do Meio
226 Ambiente (João Paulo Ribeiro Capobianco) a realização de reuniões com os Secretários-
227 Executivos das pastas envolvidas e também com Secretários Nacionais visando o pacto
228 político necessário à boa elaboração e implementação do Plano. Paralelamente,
229 esclareceu que se faz necessário o estabelecimento de prioridades e a identificação das
230 ações que podem abrigá-las e das lacunas existentes. **Aderval Costa Filho**, mencionou
231 ainda a importância do envolvimento do Ministério do Planejamento e de uma análise do

232 que está sendo chamado de PAC Cidadania ou Social, que tem como objetivo
233 estabelecer as ações sociais a serem realizadas no âmbito do Plano de Aceleração do
234 Crescimento. Informou que, no que diz respeito a este último ponto, existe uma tendência
235 de que as ações com interface com os povos e comunidades tradicionais sejam
236 direcionadas apenas aos povos indígenas e comunidades quilombolas, mas que já estão
237 sendo realizadas conversações no sentido de que o escopo do programa seja ampliado
238 para outros segmentos, como os extrativistas por se encontrarem sob esta designação
239 diversos segmentos dos povos e comunidades tradicionais como seringueiros,
240 quebradeiras de coco de babaçu, pescadores artesanais, caiçaras, geraizeiros, entre
241 outros. No que diz respeito ao processo de pactuação do Plano Nacional, **Aderval Costa**
242 **Filho**, informou ainda que no âmbito da Presidência e da Secretaria-Executiva da CNPCT
243 estava se debatendo a possibilidade de realização de novas oficinas regionais, a exemplo
244 do que havia sido feito na primeira fase de elaboração da PNPCT, visando a pactuação
245 com os entes locais. **Valdivino Rodrigues de Souza** (Coordenação de Fundos de Pasto
246 da Bahia) expôs duas preocupações. A primeira diz respeito as possíveis oposições a
247 serem enfrentadas no processo de construção do Plano, especialmente referente às
248 disputas orçamentárias uma vez que “no Brasil as pessoas não estavam acostumadas a
249 perder para que os excluídos ganhassem” e a segunda como deve ser o processo de
250 construção para que de fato a implementação das ações chegue às bases locais. Neste
251 sentido, pergunta qual seria a responsabilidade dos Estados e Governos Municipais.
252 **Aderval Costa Filho**, destacou que a estas questões soma-se o exíguo tempo para a
253 pactuação de ações para o PPA 2008-2011, o qual terá suas negociações encerradas em
254 31 de maio e que, embora ocorram revisões anuais, as oportunidades de inclusão de
255 novas ações são reduzidas. **Teresa Moreira** (MMA) lembrou que, embora tais
256 ponderações a respeito do PPA sejam reais, as ações do Plano Nacional não deveriam
257 considerar apenas os recursos existentes no PPA, uma vez que o orçamento da União
258 não é a única fonte orçamentária dos órgãos governamentais, devendo-se atentar
259 também para a importância das cooperações com órgãos e instituições nacionais ou
260 internacionais, em curso ou futuras. A respeito deste tema, **Aderval Costa Filho** (MDS)
261 trouxe como exemplo o Acordo de Cooperação Técnica que está sendo firmado entre
262 MDS e IBAMA, o qual visa reverter as madeiras cortadas ilegalmente e apreendidas pelo
263 IBAMA em ações voltadas para povos e comunidades tradicionais a partir de mecanismos
264 do Programa Fome Zero. Dando continuidade aos trabalhos, **Aderval Costa Filho** (MDS)

265 esclareceu que seriam formados 4 (quatro) grupos de trabalho, cada um referente a um
266 dos Eixos Estratégicos da PNPCT, os quais deveriam se debruçar sobre as diretrizes
267 aprovadas e instituídas pela Resolução CNPCT 001/2007, visando estabelecer uma
268 ordem de prioridade entre elas, de modo a auxiliar na análise dos programas e ações
269 apresentados e na identificação de lacunas existentes. **Teresa Moreira** (MMA) propôs
270 que não fossem utilizados pelos grupos mais que 4 (quatro) graus de prioridade, levando-
271 se em consideração tanto a ordem lógica necessária para a sua execução quanto prazos
272 factíveis neste processo. O Senhor **Pedro Ramos de Souza** (CNS) chamou a atenção
273 para o fato de que as prioridades podem variar conforme os segmentos e fragilidades
274 regionais. Neste sentido, entende que as prioridades tem que ser estabelecidas por
275 segmento. **Teresa Moreira** (MMA) ponderou que o momento atual era para o
276 estabelecimento de prioridades gerais e que análise de tais especificidades poderia se dar
277 mais adequadamente no momento em que a proposta fosse levada para debate nas
278 consultas regionais. A respeito do estabelecimento de prioridades, **Alexandre Cordeiro**
279 (IBAMA) apontou como necessidade de, a partir dos Eixos Estratégicos estabelecidos, se
280 fazer levantamento das ações disponíveis e a proposição de novas ações, considerando a
281 possibilidade de haver novas ações que podem anteceder ações em curso de longo
282 prazo. A respeito da proposição de novas ações, **Teresa Moreira** (MMA) informou sobre
283 as possíveis dificuldades para a inclusão de novas ações no PPA uma vez que o
284 entendimento do Ministério do Planejamento era de que o novo PPA 2008-2011 teria
285 apenas um caráter revisional com relação ao PPA 2003-2007, não devendo sofrer
286 grandes alterações. Por esta razão, considerava importante o estabelecimento de
287 prioridades que subsidiem a análise das ações existentes de forma que a otimizar o
288 redirecionamento de recursos para as ações consideradas prioritárias, sem excluir, é
289 claro, a possibilidade de proposição de ações novas. Destacou também as dificuldades
290 orçamentárias que se imporão em virtude dos recursos destinados à implementação do
291 Plano de Aceleração do Crescimento. **Jorg Kuster Jacob** (Associação Cultural Alemã do
292 Espírito Santo) relatou que muitas vezes a falta de estabelecimento de prioridades para a
293 aplicação orçamentária leva a situações dispare, como o apoio governamental a
294 atividades como um rodeio, em detrimento ao apoio a uma festa de valorização e resgate
295 da cultura local. Neste sentido, acha que as parcerias entre a União e os governos locais
296 pode ser positiva, desde que sejam as diretrizes sejam estabelecidas com o aval da
297 CNPCT. **Alexandre Cordeiro** (IBAMA) destacou a necessidade de que às ações já

298 existentes, mas consideradas prioritárias, sejam realmente alçadas a essa condição no
299 que diz respeito ao aporte de recursos necessários para a sua execução. Deu como
300 exemplo as ações existentes para a regularização fundiária e que, atualmente, tem um
301 recurso orçamentário baixo em relação à demanda existente. **Jorg Zimmermann** (MMA)
302 destacou a importância do envolvimento dos Ministros neste processo e da pressão da
303 sociedade civil para a criação de um Programa Multi-setorial voltado para povos e
304 comunidades tradicionais, diante das resistências a serem enfrentadas. Como
305 encaminhamento os grupos foram divididos em 4: 1 grupo com o Eixo Acesso aos
306 Territórios e aos Recursos Naturais; 1 grupo com os Eixos Fomento e Produção
307 Sustentável e Infra-Estrutura; e 2 grupos com o Eixo Inclusão Social, tendo em vista o
308 grande número de diretrizes estabelecidas para este tema. Os trabalhos em grupo se
309 estenderam durante a tarde do dia 24 e parte da manhã do dia 25 de abril. Os trabalhos
310 em plenária foram retomados às 11h00min do dia 25 de abril, dando andamento ao **item**
311 **III.4 – apresentação dos resultados dos grupos de trabalho.** Relativamente ao Grupo
312 1, que trabalhou sobre o Eixo 1 – Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos
313 Naturais, **Célia Favacho** (CNS) esclareceu que foram utilizados apenas 3 níveis de
314 prioridade considerando, em ordem crescente de importância, sua relação com o
315 estabelecimento de um marco legal, situações de conflito e ações emergenciais; o acesso
316 aos recursos naturais, o controle social e, por fim, os direitos decorrentes dessas
317 situações. No que diz respeito ao objetivo 1 – garantia e efetivação do acesso aos
318 territórios, foram estabelecidas 6 (seis) diretrizes com prioridade 1; 9 (nove) diretrizes com
319 prioridade 2 e 3 (três) diretrizes com prioridade 3. No que diz respeito ao objetivo 2 –
320 interação entre territórios tradicionais e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação
321 da Natureza, foram estabelecidas 7 (sete) diretrizes com prioridade 1; 3 (três) com
322 prioridade 2. Não foram estabelecidas diretrizes com prioridade 3 ou 4. **Patrícia Stur**
323 (AMAPPPA) chamou a atenção para o fato de uma das diretrizes mencionar APA – Áreas
324 de Proteção Ambiental, quando, segundo o seu entendimento, durante as discussões
325 havia sido estabelecido o termo Áreas de Proteção. Relativamente ao Eixo 2 – Infra-
326 Estrutura, **Alexandre Cordeiro** (IBAMA) informou que quanto ao objetivo 3 – implantação
327 de infra-estrutura adequada, todas as diretrizes foram consideradas como de prioridade 1;
328 quanto ao objetivo 4 – implementação de empreendimentos com impactos diretos ou
329 indiretos sobre povos e comunidades tradicionais, 7 (sete) diretrizes foram consideradas
330 como prioridade 1; 5 (cinco) diretrizes como prioridade 2; 2 (duas) diretrizes como

331 prioridade 3. **Cláudia de Sala Pinho** (FORMAD) apresentou os resultados dos debates
332 sobre o Eixo 3 – Inclusão social. Quanto ao objetivo 5 – educação diferenciada, foram
333 estabelecidos 16 (dezesesseis) diretrizes com prioridade 1 – correspondendo a 61,5%.
334 Quanto ao objetivo 6 – Acesso à Cidadania, das 14 (quatorze) diretrizes existentes, 10
335 (dez) foram consideradas como prioridade 1, correspondendo a 78,6%. No objetivo 7 –
336 atenção diferenciada à saúde, do total de 18 (dezoito) diretrizes, 14 (quatorze) foram
337 consideradas como prioridade 1, correspondendo a 88%. Quanto ao objetivo 8 – acesso
338 às políticas públicas, de um total de 11 (onze) diretrizes, 9 (nove) nove foram
339 consideradas prioridade 1, correspondendo a 81,8%. Quanto ao objetivo 9 –
340 fortalecimento institucional e organização social – todas as 4 (quatro) diretrizes foram
341 consideradas como prioridade 1, correspondendo a 100%. Quanto ao objetivo 10,
342 relacionada à segurança pública e direitos humanos, do total de 11 (diretrizes), 10 foram
343 considerada prioridade 1, correspondendo a 99,1%. Na seqüência, Pedro Ramos de
344 Souza (CNS) apresentou os resultados dos debates do grupo 2 acerca do Eixo 4 –
345 Fomento e Produção Sustentável. Quanto ao objetivo 11 – relativo à proteção e
346 valorização das práticas e conhecimentos tradicionais – informou que das 11 (onze)
347 diretrizes existentes, 3 (três) foram consideradas como prioridade 1; 4 (quatro) como
348 prioridade 2; 3 (três) como prioridade 3 e 2 (duas) como prioridade 4. Quanto ao objetivo
349 12 – fomento e implementação de projetos e produção sustentável, 8 (oito) diretrizes
350 foram consideradas prioridade 1; 5 (cinco) como prioridade 2; 6 (seis) como prioridade 3.
351 Não houve diretrizes com prioridade 4. Retomando a palavra **Aderval Costa Filho** (MDS)
352 encerrou os trabalhos da manhã às 12hs30min, informando que no período da tarde
353 seriam realizadas as apresentações dos programas e ações de governo e o painel da
354 sociedade civil. Dando início aos trabalhos da tarde, **Teresa Moreira** (MMA) informou que
355 haviam 9 membros governamentais inscritos para apresentar seus programas e ações,
356 cabendo a cada um 10 minutos de apresentação. Fizeram apresentações: **Teresa**
357 **Moreira** pelo Ministério do Meio Ambiente, apresentando informações sobre os
358 programas: Áreas Protegidas do Brasil; Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e
359 Etno-Desenvolvimento; Recursos Pesqueiros Sustentáveis; Carteira Indígena; Proecotur;
360 Proambiente; Comunidades Tradicionais; Conservação e Uso Sustentável da
361 Biodiversidade e Amazônia Sustentável; **Aderval Costa Filho** pelo Ministério do
362 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, apresentando os programas: de Aquisição
363 de Alimentos – como coordenador; de Atenção Integral à Família; Bolsa-Família; Brasil

364 Quilombola – como executor; **Julia Otero** pelo Instituto Nacional de Colonização e
365 Reforma Agrária, apresentando os programas: Brasil Quilombola – como executor;
366 Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais e Desenvolvimento Sustentável
367 na Reforma Agrária; **Lílian Brandt Calçavara** pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário
368 apresentando os programas; de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia;
369 Desenvolvimento Sustentável em Territórios Rurais; Brasil Quilombola – como executor;
370 Agricultura Familiar; **Geraldo Vitor** pelo Ministério da Cultura, apresentando os
371 programas: Cultura Afro-Brasileira; Cultura, Educação e Cidadania; Brasil Patrimônio
372 Cultural; Cultura Viva e Fomento a Projetos Direcionados à Cultura Tradicional. Devido ao
373 adiantado da hora as apresentações foram encerradas às 18hs30min, tendo se pactuado
374 com os presentes a retomada dos trabalhos às 8hs30min, para apresentação dos demais
375 órgãos de governo (SEPPIR, CONAB, MEC, IBAMA e FUNASA). Às 8hs40min de 26 de
376 abril de 2007, os trabalhos foram retomados com as seguintes apresentações: **Gildete** (?)
377 pelo Ministério da Educação, apresentando os programas: Educação para Diversidade e
378 Cidadania e o Saberes da Terra; **Ivonete Carvalho** e **Josilene Maria dos Santos** pela
379 Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial da Presidência da
380 República, apresentando os programas: Brasil Quilombola – como coordenador; **Marco**
381 **Antônio Pinto** pela Companhia Nacional de Abastecimento, apresentando o Programa de
382 Aquisição de Alimentos – PAA, como executor, **Alexandre Cordeiro** pelo Instituto
383 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, apresentando os
384 programas: Áreas Protegidas do Brasil; Comunidades Tradicionais; Fomento ao Manejo
385 Florestal na Amazônia; Programa de Manejo e Recursos Naturais da Várzea – Pró-
386 varzea; e **Fabiana Vaz de Melo** pela Fundação Nacional de Saúde, apresentando
387 informações sobre: o Sistema Único de Saúde; o Sub-sistema de Saúde Indígena e o
388 Projeto VIGESUS. Quanto às apresentações foram apresentados os seguintes
389 comentários: **Pedro Ramos** (CNS) a respeito das ações do Ministério do Meio Ambiente
390 que dialogam com a questão das unidades de conservação e a sua sobreposição com
391 territórios tradicionais, entende que não há nenhuma indicação de como tais
392 sobreposições podem ser resolvidas. **Ernando Ferreira Pinto** (MONAPE) apresentou
393 suas preocupações sobre a baixa prioridade dada ao Pro-Ambiente – relacionado ao
394 pagamento de serviços ambientais - no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, e a
395 interface do programa com os Municípios, uma vez que as administrações locais tem
396 pouco diálogo com as comunidades tradicionais podendo levar à falta de continuidade das

397 ações, como vêm sendo observado no caso do Pólo Marajó, o qual teve oportunidade de
398 acompanhar mais de perto. **Jorg Zimmermann** (MMA) falou que as divergências
399 relacionadas às estratégias de implementação do Pro-ambiente levaram a um prejuízo no
400 andamento dos trabalhos, mas que considera o incentivo às boas práticas em meio
401 ambiente importante e que há necessidade de superação das dificuldades legislativas
402 existentes. **Alexandre Cordeiro** (IBAMA) chamou a atenção para a necessidade de se
403 avaliar se as ações e programas propostos tem recursos suficientes e uma avaliação dos
404 mecanismos de destinação existentes. **Jô Brandão** (CONAQ) a respeito do programa
405 “Fomento a projetos direcionados à cultura tradicional” da Secretaria da Identidade e da
406 Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, e a outros programas cujo mecanismo de
407 acesso aos recursos é por meio de editais, comentou que entende que muitas vezes os
408 editais acabam sendo excludentes, pois muitos grupos não tem acesso à *internet*, ou
409 compreensão dos processos burocráticos envolvidos nos roteiros. Também ressaltou que
410 grande parte dos recursos são acessados por instituições de fora das comunidades que
411 vão trabalhar em seus territórios, mas não são acessados pelas próprias comunidades.
412 Chamou a atenção para a necessidade de inclusão digital destes grupos. Quanto ao
413 **Painel da Sociedade Civil**, os trabalhos foram conduzidos por **Pedro Ramos de Souza**
414 (CNS) e **Jô Brandão** (CONAQ), a qual iniciou informando que os representantes da
415 sociedade civil reuniram-se no dia anterior para pontuar as questões a serem tratadas
416 durante o Painel. **Pedro Ramos de Souza** ponderou inicialmente que os programas e
417 ações apresentados pelos membros governamentais, em sua maioria, já se encontravam
418 em curso antes da criação da Comissão Nacional ou da instituição da PNPCT. Também
419 considerou a importância da interação entre os saberes técnico/científicos dos
420 representantes de governo e os saberes tradicionais dos membros não governamentais, e
421 que a construção desta nova Política deve se dar a partir de responsabilidades iguais,
422 tanto da sociedade civil quanto do governo. Ressaltou ainda que, embora as
423 apresentações do governo dêem a entender que os programas e ações andam bem, tanto
424 a sociedade quanto o governo sabe que existem inúmeras dificuldades a superar e um
425 grande número de demandas reprimidas há muito tempo. Neste sentido, a importância de
426 se discutir o que não está sendo feito, especialmente quanto à inclusão dos segmentos
427 das comunidades tradicionais que não estão no foco de nenhum dos programa ou ações
428 apresentados e a inserção de todos os grupos no que está sendo discutido e pensado
429 acerca do Programa de Aceleração do Crescimento. Acha que é uma responsabilidade da

430 CNPCT promover a inserção dos povos e comunidades tradicionais como cidadãos. Jô
431 Brandão (CONAQ) expressou a necessidade de que os povos e comunidades tradicionais
432 não sejam mais vistos como beneficiários das ações governamentais, mas como
433 portadores de direitos com capacidade de elaboração e de discussão. No que diz respeito
434 ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, relata a preocupação com o
435 agronegócio, especialmente no que diz respeito aos mono-cultivos da cana-de-açúcar, do
436 eucalipto e da soja que tem causado impactos profundamente negativos nos territórios
437 das comunidades tradicionais, especialmente sobre os territórios quilombolas. Chama a
438 atenção para o fato de que a questão do fomento à produção do que denominou “agro-
439 diesel” - e não biodiesel em razão das matrizes utilizadas – passa diretamente pelo
440 impacto sobre as territórios tradicionais. Lembra que as empresas que trabalham neste
441 ramo, em sua maioria multinacionais, tem incentivos fiscais e que as comunidades
442 tradicionais estão em franca desvantagem com relação às mesmas. Ainda com relação ao
443 PAC, ressaltou a questão da construção de usinas hidrelétricas, afirmando que há uma
444 relação “umbilical” entre esses mega-projetos e que ambos impactam os territórios
445 tradicionais. Expressou ainda a preocupação com o deslocamento de comunidades
446 tradicionais no processo de implantação do projeto de transposição do Rio São Francisco.
447 Todas estas questões levam à preocupação com relação à garantia e a permanência dos
448 povos e comunidades tradicionais em seus territórios. Pontuou ainda a importância de
449 uma discussão aprofundada sobre a questão da previdência, uma vez que nem todos as
450 comunidades podem ser inseridas no sistema como trabalhadores rurais. Quanto à
451 participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas pública,
452 entende que isso só será possível se houver um processo de fortalecimento de suas
453 organizações sociais, o que deve ser considerado prioridade 1 no processo. Quanto às
454 apresentações do governo, **Jô Brandão** afirmou ser preocupante os orçamentos não
455 identificarem o quanto está sendo investido e em cada segmento das comunidades
456 tradicionais, o que pode gerar o privilégio de alguns em detrimento dos demais. Também
457 mencionou a falta de indicadores que possibilitem avaliar a acessibilidade das
458 comunidades a esses recursos, impedindo a aferição da eficiência da aplicação destes
459 recursos. A respeito das sobreposições entre unidades de conservação e territórios
460 tradicionais, considera que o assunto deve ser trabalhado com mais veemência no âmbito
461 da Comissão, especialmente diante dos debates em torno do Plano Nacional de Áreas
462 Protegidas – PNAP. Ressaltou a preocupação com a ausência de uma estrutura

463 adequada para o acompanhamento da PNPCT, visto que a existente é insuficiente para
464 atingir os seus objetivos propostos, os quais, exigem grande capacidade de articulação e
465 execução. Neste sentido, menciona a dificuldade encontrada pelas comunidades
466 beneficiárias das cestas básicas distribuídas pela CONAB, pois nas localidades as
467 organizações locais têm que encontrar seus próprios meios para fazer a distribuição, o
468 que muitas vezes é muito difícil. Falou ainda sobre a necessidade dos CRAS não ficarem
469 restritos ao perímetro urbano, pois a maior parte das comunidades tradicionais
470 encontram-se no meio rural o que dificulta o acesso a estes serviços. No mesmo sentido,
471 reafirmou a dificuldade enfrentadas pelas famílias no recebimento do bolsa-família, razão
472 pela qual apenas 1% (4 mil famílias) da população quilombola é beneficiária do programa,
473 além do problema enfrentado pelos mesmo com relação à documentação civil. A este
474 respeito, entende que no caso de grande parte das comunidades tradicionais, seria mais
475 adequado um programa que fortaleça os processos de produção local, o que seria mais
476 convergente com as práticas tradicionais, pois a produção se divide, os benefícios do
477 cartão não. Quanto à consolidação dos direitos territoriais dos povos e comunidades
478 tradicionais, Jô Brandão enfatizou que o INCRA tem uma estrutura e o orçamento
479 voltados para a implementação de assentamentos rurais, sendo que este último é ínfimo
480 (27 bilhões) diante da demanda existente. Que mesmo o INCRA sendo responsável pela
481 regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas, a estrutura e o
482 orçamento são insuficientes. Por isso, considera necessária a formulação de novas
483 categorias para a regularização fundiária dos diferentes grupos, e vê a questão cigana
484 como um desafio. A respeito das relações do Estado com as comunidades tradicionais,
485 lembra que o mesmo não tem sido igualitário, ressaltando que grande parte das igrejas
486 católicas estão instaladas em terrenos cedidos pelo poder público e que isso não
487 acontece com relação a outras religiões. Entende que precisa ser diferente, pois todos
488 devem ter direito a cultivar a sua religião. A respeito do repasse de recursos públicos para
489 Organizações Não Governamentais, afirma que, muitas vezes, os recursos não chegam
490 às comunidades que, por sua vez, na em sua maior parte não tem capacidade técnica de
491 administrá-los, revelando a necessidade do fortalecimento institucional das comunidades.
492 **As recomendações consideradas importantes pela sociedade civil** são, além das já
493 pontuadas anteriormente: 1) a participação das comunidades na elaboração e
494 implementação das políticas públicas; 2) a criação de uma estrutura bem definida, com
495 adequada capacidade de articulação e implementação da PNPCT no âmbito do governo;

496 3) a construção de mecanismos de avaliação e monitoramento da eficácia do impacto
497 destas políticas na vida das comunidades; 4) a definição de programas e ações
498 específicos para povos e comunidades tradicionais segundo os diferentes segmentos; 5)
499 a integração das ações entre os órgãos governamentais; 6) dar suporte físico financeiro
500 ao funcionamento institucional dos membros não-governamentais para que possam
501 articular melhor e participar mais efetivamente da CNPCT e das negociações regionais
502 para implementação da PNPCT; 7) que a agenda das reuniões da CNPCT inclua um dia
503 de trabalhos preparatórios para a sociedade civil e para o governo. **Valmir Parintintin**
504 (COIAB) fez um apanhado das questões referentes aos Povos Indígenas, ressaltando o
505 caso da FUNASA no que diz respeito à saúde indígena e os problemas enfrentados por
506 eles na implementação do sistema, especialmente no que diz respeito aos recursos
507 municipalizados cujo controle social é deficitário. **Patrícia Stur** (AMAPPAB) falou da
508 participação das ONG's no processo de criação de novas unidades de conservação e de
509 áreas prioritárias para a conservação, ressaltando que em grande parte das vezes as
510 mesmas não observam as conseqüências de sua criação para as comunidades locais
511 envolvidas. **Jorge** (Associação Cultural Alemã do Espírito Santo) colocou a sua
512 preocupação com a descontinuidade dos debates no âmbito da CNPCT por parte dos
513 representantes do governo, uma vez que, a cada reunião, diversos órgãos enviam
514 técnicos diferentes. Reafirma a importância de um maior comprometimento com a agenda
515 por parte dos representantes de governo. Solicitou que fosse registrada a situação ainda
516 não resolvida quanto ao “Parque Nacional do Pomeranos”, em menção ao Parque
517 Nacional criado sobre as áreas das comunidades pomeranas no Estado do Espírito
518 Santo. **Ivonete Carvalho** (SEPPIR) ponderou a respeito da necessidade de se
519 compreender as mudanças que estão ocorrendo lentamente como um processo que está
520 se dando dentro de uma máquina estatal que foi historicamente desenhada de forma
521 diferente das necessidades atuais. Chama a atenção para a dificuldade de mudanças
522 bruscas neste contexto pelo atual governo. **Raimundo Konmmanannjy** (ACBANTU)
523 falou sobre a necessidade da PNPCT ser levada ao conhecimento dos Estados, pois a
524 participação dos povos e comunidades tradicionais nos órgãos deliberativos e consultivos
525 é precária. **Jorge Konmunquenge** (Rede Kodya) reafirmou o fato de que, apesar de ser
526 uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, na qual existe uma Sub-Secretaria de
527 Comunidades Tradicionais, a maior parte das ações encontram-se voltados apenas para
528 as comunidades quilombolas quando, pelo menos no universo da CNPCT, existem outros

529 14 segmentos de comunidades tradicionais. **Julia Otero** (INCRA) ressaltou a questão da
530 organização dos movimentos sociais como elemento fundamental na capacidade de
531 influenciar políticas públicas, dando como exemplo, o movimento quilombola. **Célia**
532 **Favalho** (CNS) falou da importância da consolidação das Reservas Extrativistas já criada,
533 especialmente no que diz respeito à delimitação e situação fundiária e a elaboração e
534 implementação dos Planos de Manejo. **Carlos Calon** (CEDRO) expôs a situação da
535 comunidade cigana em Poços de Caldas, onde receberam uma notificação da Prefeitura
536 Municipal para desocuparem a área em que estão instalados em 12 horas. Pede atenção
537 para a situação que estão vivendo os ciganos. **Márcia Guelpa – Yaskara** (APRECI)
538 informa que já estão agendadas audiências com alguns órgãos para tratar do assunto, que é
539 de extrema relevância para o povo cigano. **Jô Brandão** (CONAQ) propôs que fosse tirada
540 uma comissão para acompanhar o assunto com Carlos e Yaskara, pois entende não se
541 tratar de um problema apenas dos povos ciganos, mas sim dos povos e comunidades
542 tradicionais. Ressalta a importância de que o Estado e o INCRA não vejam mais as
543 comunidades tradicionais como “sem-terras”, pois todos estão em suas terras, sendo
544 necessário esse reconhecimento e a garantia de seus territórios, e não o deslocamento
545 das comunidades para assentamentos da reforma agrária. Os trabalhos do período da
546 manhã de 26 de abril foram encerrados às 12hs40min e reiniciados às 14hs40min. Dando
547 andamento aos trabalhos do período da tarde, **Aderval Costa Filho** retomou o tema da
548 Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais propôs que fosse eleito um
549 grupo de representantes da sociedade civil para participar das negociações com o
550 instituto de pesquisa que irá realizar os levantamentos. Informou ainda que as pesquisas
551 de campo serão realizadas em 15 segmentos correspondentes àqueles representados na
552 CNPCT e que está sendo estudada a possibilidade da Petrobrás patrocinar a primeira
553 fase do levantamento. **Geraldo Vitor** (MinC) informou que o Grupo de Trabalho
554 Interministerial sobre Cultura Cigana – GTI Cigano e a SEPPIR estão programando uma
555 ação comemorativa para o dia 24 de maio, durante a qual pretende-se anunciar um
556 acordo de cooperação técnica entre os vários órgãos que compõem aquele GT, visando o
557 mapeamento sócio-cultural das comunidades ciganas. Sugeriu que a proposta da
558 pesquisa nacional seja apresentada ao GT em reunião a realizar-se no dia 2 de maio de
559 forma a verificar as convergências das duas propostas. **Patrícia Stur** (AMAPPPAB)
560 informou que foram escolhidos para compor o grupo que irá negociar a pesquisa junto à
561 agência que executará parte do estudo os seguintes representantes da sociedade civil:

562 **Pedro Ramos de Souza** (CNS), **Dauro Marcos do Prado** (Rede Caiçara de Cultura);
563 **Márcia Guelpa – Yaskara** (APRECI); **Raimundo Konmannanjy** (ACBANTU) e **Valmir**
564 **Parintintin** (COIAB). O **item III.4 – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Marajó**
565 não foi tratado, tendo se passado à discussão da composição das Câmaras Técnicas da
566 CNPCT. **Aderval Costa Filho** (MDS) informou que os representantes da sociedade civil
567 deveriam indicar em quais câmaras técnicas irão acompanhar, lembrando que as
568 Câmaras são correspondentes aos Eixos Estratégicos estabelecidos para a PNPCT.
569 Também informou que a composição governamental já estava de certa forma
570 estabelecida pelas atribuições institucionais de cada órgão restando definir quais
571 instituições externas à CNPCT seriam convidadas. Aberta a palavra aos membros, foram
572 compostas as Câmaras com as seguintes representações da sociedade civil: **CT -**
573 **Acesso ao Território e aos Recursos Naturais:** **Josilene Brandão da Costa**
574 (CONAQ), **Renato Alves Santos** (AMMAS); **Valdivino Rodrigues de Souza**
575 (Coordenação de Fundos de Pasto da Bahia); **Hamilton José da Silva** (Rede Faxinais);
576 **Raimundo Konmannanjy** (ACBANTU); **José Carlos da Silva** (CEDRO); **Patrícia Stur**
577 (AMAPPPAB); **José Santos** (APOIMNE) , **Dauro Marcos do Prado** (Rede de Cultura
578 Caiçara). **CT – Infra-estrutura:** **Celia Regina das Neves Favacho** (Conselho Nacional
579 dos Seringueiros); **Benedito Pereira** (MONAPE); **Jorge Konmukeenge** (Rede Kodya);
580 **Arnaldo das Neves Junior** (União dos Moradores da Juréia). **CT - Inclusão Social:**
581 **Raquel Pereira da S. Santos** (AMMAS); **Carlos Eduardo Cardoso Lima** (Coordenação
582 de Fundos de Pasto) **Jhonny Martins de Jesus** (CONAQ); **Jorge Küster Jacob**
583 (AMAPPPAB); **Claudia Regina Sala de Pinho** (FORMAD); **Marcia Guelpa** (APRECI);
584 **Lucely Moraes Pio** (Articulação Pacari). **CT – Fomento e Produção Sustentável:**
585 **Pedro Ramos de Souza** (CNS); **Acir Túlio** (Rede Faxinais); **Ernando Ferreira Pinto**
586 (MONAPE); **Valmir Parintintin** (COIAB); **Manuel Pedro de Araújo** (CZ5); **Braulino**
587 **Caetano dos Santos** (Rede Cerrado). A respeito das recomendações apresentadas
588 durante o Painel da Sociedade Civil, **Pedro Ramos de Souza** (CNS) informou que as
589 mesmas seriam encaminhadas durante a cerimônia de lançamento da PNPCT aos
590 Ministros **Patrus Ananias** e **Marina Silva**, com uma solicitação de audiência para tratar do
591 assunto. Quanto às datas das reuniões das Câmara Técnicas e a 5ª Reunião Ordinária
592 da Comissão, **Teresa Moreira** (MMA) informou que a proposta de calendário seria
593 encaminhada a todos os membros por via eletrônica para apreciação da conveniência das
594 datas. Antes do encerramento foi dada a palavra ao **Sr. Antônio Gomes dos Santos –**

595 **Toinho Pescador** (Pescador da cidade de Penedo/AL - Rio São Francisco) que falou
596 sobre a questão da transposição do Rio São Francisco e as dificuldades vividas pelas
597 comunidades que dependem do Rio após a instalação das barragens das usinas
598 hidrelétricas. Disse que as águas azuis do rio são bonitas, mas não tem mais nutrientes
599 para alimentar os peixes e que o pouco restou é atingido pela poluição das grandes
600 mineradoras. **Aderval Costa Filho** abriu a palavra aos membros e, não havendo mais
601 manifestações, deu por encerrada a reunião, a qual foi celebrada pela **Márcia Guelpa –**
602 **Yascara** (APRECI) e **Raimundo Konmannanjy** (ACBANTU) às 18h10min. Eu, **Teresa**
603 **Cristina Moreira**, por solicitação da Presidência, lavrei a presente ata.

604

605

606

607

608

Heliana Kátia Campos

Presidente

Teresa Cristina Moreira

Secretária-Executiva

609